©2026 revista Mover - Acesso aberto • fluxo contínuo

revista Mover
Vol.1 No.2 - 2026

REVISTA MOVER

Ciências e Humanidades

CORPOS, DADOS E PERFORMATIVIDADES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO ECOSSISTEMA DIGITAL

BODIES, DATA, AND PERFORMATIVITY IN THE CONSTRUCTION OF IDENTITY WITHIN THE DIGITAL ECOSYSTEM

Atila Barros da Silva[1]
DOI: 10.66029/KDQO6894

RESUMO: O artigo analisa a transformação da identidade no ecossistema digital a partir da articulação entre filosofia social, teoria crítica e física contemporânea. Parte-se da compreensão de que a digitalização não representa apenas avanço técnico, mas uma mutação estrutural que redefine os modos de subjetivação, a experiência do tempo, a noção de realidade e as formas de governamentalidade. Dialogando com Bauman, Marcuse e Foucault, o texto problematiza a liquefação das identidades, a performatividade do self nas plataformas e os dispositivos de vigilância e captura de dados que moldam a experiência contemporânea. Em interlocução com Rovelli, Hawking e Greene, amplia-se o debate para o plano ontológico, evidenciando o colapso entre realidade e virtualidade e a emergência de uma experiência híbrida, relacional e instável. A identidade virtual é compreendida como construção distribuída, simultaneamente criativa e capturada, situada em um campo de disputas entre autonomia, visibilidade, controle e mercantilização. O estudo argumenta que a complexidade constitutiva da contemporaneidade exige uma abordagem crítica capaz de articular ciência, tecnologia e teoria política para compreender os modos pelos quais o sujeito é produzido, governado e projetado em um mundo cada vez mais mediado por infraestruturas digitais.

Palavras-chave: identidade virtual. performatividade digital. complexidade contemporânea. governamentalidade tecnológica.

ABSTRACT: The article analyzes the transformation of identity within the digital ecosystem through the articulation of social philosophy, critical theory, and contemporary physics. It argues that digitalization does not merely represent technological advancement,

[1] Graduado em Análise de Sistemas e em História pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP), possui formação acadêmica multidisciplinar. É pós-graduado com MBAs em Gestão do Conhecimento e em Data Warehouse e Business Intelligence, além de especializações em Engenharia de Software, Antropologia, História, Educação do Campo, Filosofia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia. Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA-RJ), onde atua como professor titular e pesquisador. Doutorando em Educação pela Universidad Nacional de Rosario (UNR-Argentina). Lattes: http://lattes.cnpq.br/4660184868094532. Orcid iD: https://orcid.org/0009-0006-3739-0681. E-mail: atilafmusp@gmail.com

©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES

but rather a structural mutation that redefines modes of subjectivation, the experience of time, the notion of reality, and forms of governmentality. Engaging with Bauman, Marcuse, and Foucault, the text problematizes the liquefaction of identities, the performativity of the self on digital platforms, and the mechanisms of surveillance and data capture that shape contemporary experience. In dialogue with Rovelli, Hawking, and Greene, the debate is expanded to the ontological level, highlighting the collapse between reality and virtuality and the emergence of a hybrid, relational, and unstable experience. Virtual identity is understood as a distributed construction, simultaneously creative and captured, situated within a field of disputes involving autonomy, visibility, control, and commodification. The study argues that the constitutive complexity of contemporaneity demands a critical approach capable of articulating science, technology, and political theory in order to understand the ways in which the subject is produced, governed, and projected in a world increasingly mediated by digital infrastructures.

Keywords: virtual identity. digital performativity. contemporary complexity. technological governmentality.

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

INTRODUÇÃO

A irrupção do ecossistema digital não pode ser compreendida apenas como uma sucessão de avanços técnicos que ampliaram a capacidade de comunicação, armazenamento de dados ou processamento de informações. Trata-se de uma mutação estrutural que incide diretamente sobre os modos de subjetivação, sobre a arquitetura das relações sociais e, de maneira ainda mais profunda, sobre a própria constituição da identidade. O artigo em anexo parte da compreensão de que a digitalização não apenas reorganiza práticas cotidianas, mas redefine os parâmetros pelos quais o sujeito se percebe, se apresenta e é reconhecido no mundo. A emergência da identidade virtual, nesse sentido, não é um fenômeno periférico, mas um dos eixos centrais das transformações contemporâneas.

Ao longo das últimas décadas, a expansão das redes sociais, da inteligência artificial, das plataformas de comunicação instantânea e dos ambientes imersivos produziu um deslocamento significativo na experiência do “eu”. A identidade, tradicionalmente ancorada em referenciais relativamente estáveis, família, território, profissão, pertencimento comunitário, passa a operar em um campo marcado pela fluidez, pela fragmentação e pela performatividade contínua. A constituição do self torna-se progressivamente mediada por interfaces digitais que não apenas possibilitam a expressão, mas a condicionam por meio de algoritmos, métricas de visibilidade e economias de atenção.

Nesse panorama, a noção de identidade virtual emerge como uma construção híbrida, simultaneamente subjetiva e estrutural. Subjetiva porque envolve escolhas, narrativas, imagens e performances individuais; estrutural porque essas escolhas são moduladas por arquiteturas tecnológicas que determinam o que pode ser visto, compartilhado, curtido ou silenciado. O ambiente digital não é neutro. Ele opera como um dispositivo que organiza o campo do possível, instaurando novas formas de reconhecimento e exclusão. Assim, a identidade virtual não pode ser entendida como simples extensão da identidade offline, mas como uma modalidade específica de existência social, atravessada por dinâmicas econômicas, políticas e simbólicas próprias da era digital.

A centralidade das plataformas na mediação da experiência cotidiana intensifica esse processo. O sujeito contemporâneo não apenas utiliza ferramentas digitais; ele habita ecossistemas digitais. Seu tempo, sua atenção e suas relações são continuamente capturados por dispositivos que transformam interações em dados e dados em valor econômico. A construção da identidade passa a estar intrinsecamente ligada a métricas de engajamento, a lógicas de visibilidade e a regimes de validação social mediados por curtidas, comentários e compartilhamentos. O reconhecimento deixa de ser apenas intersubjetivo para tornar-se também algorítmico.

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

Essa transformação introduz uma tensão fundamental entre autenticidade e performatividade. Se, por um lado, o ambiente digital amplia possibilidades de autoexpressão e experimentação identitária, por outro, ele intensifica a necessidade de gestão constante da própria imagem. A identidade virtual é construída por meio de escolhas calculadas, curadorias minuciosas e narrativas estrategicamente elaboradas. O sujeito passa a operar como gestor de si mesmo, produzindo versões editadas da própria vida para consumo público. A fronteira entre experiência vivida e experiência exibida torna-se cada vez mais tênue.

A fragmentação identitária, frequentemente associada à multiplicidade de perfis e plataformas, também revela uma mutação mais profunda. O indivíduo contemporâneo transita entre diferentes contextos digitais, redes sociais, aplicativos de mensagens, ambientes profissionais, jogos online, assumindo variações de si que respondem a expectativas específicas de cada espaço. Essa multiplicidade pode ser lida como potência criativa, mas também como sintoma de uma identidade tensionada por demandas contraditórias. A coerência do “eu” é substituída por uma lógica de adaptação contínua. No contexto brasileiro, marcado por uso intensivo de redes sociais e alta conectividade, esse fenômeno adquire contornos ainda mais complexos. O tempo prolongado de permanência nas plataformas digitais não apenas evidencia a centralidade desses ambientes na vida cotidiana, mas revela a intensidade com que a identidade passa a ser negociada no espaço virtual. A exposição constante, a cultura da visibilidade e a fragilidade das práticas de proteção de dados acentuam os riscos associados à construção da identidade digital, incluindo vulnerabilidades relacionadas à privacidade, à manipulação informacional e à saúde mental.

A questão da vigilância constitui outro elemento estruturante dessa problemática. Se as plataformas oferecem aparente liberdade de expressão, também operam como sistemas sofisticados de coleta e análise de dados. Cada interação, cada clique e cada permanência de tela são registrados, categorizados e convertidos em informações estratégicas. O sujeito digital torna-se simultaneamente produtor de conteúdo e objeto de monitoramento. A identidade virtual, nesse sentido, não é apenas performada; ela é também continuamente mapeada e explorada. Além disso, o avanço de tecnologias imersivas, como realidade virtual e aumentada, intensifica o colapso progressivo entre as esferas do real e do virtual. A experiência digital deixa de ser mera representação para adquirir estatuto de vivência sensorial significativa. Essa hibridização questiona categorias clássicas de autenticidade, presença e corporeidade. O sujeito passa a existir em múltiplas camadas de realidade, transitando entre o físico e o digital sem rupturas claras. A identidade, nesse contexto, torna-se uma construção distribuída, situada simultaneamente em diferentes planos de experiência.

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

Diante desse cenário, torna-se imprescindível adotar uma abordagem crítica que vá além da celebração acrítica da tecnologia ou da condenação nostálgica do digital. A irrupção da era digital deve ser analisada como fenômeno ambivalente, capaz de ampliar horizontes de expressão e conexão, mas também de intensificar mecanismos de controle, padronização e mercantilização da subjetividade. A identidade virtual não é apenas produto da vontade individual; ela é moldada por estruturas de poder que operam de forma difusa e frequentemente invisível. Este artigo, ao articular contribuições teóricas que problematizam a liquefação das relações sociais, a racionalidade tecnológica e a redefinição das fronteiras da realidade, propõe compreender a identidade virtual como um campo de disputas. Trata-se de um espaço onde se confrontam autonomia e captura, criatividade e padronização, experimentação e vigilância. A análise da transformação identitária na era digital exige, portanto, uma reflexão que considere simultaneamente as dimensões subjetivas, sociais, tecnológicas e políticas envolvidas.

A introdução que aqui se apresenta estabelece as bases para essa investigação. Ao reconhecer que a identidade contemporânea é inseparável das infraestruturas digitais que a sustentam, abre-se caminho para uma análise que não se limita aos efeitos psicológicos ou comportamentais da tecnologia, mas que examina as condições estruturais que tornam possível, e necessária, a reinvenção contínua do eu no ambiente virtual. A era digital não apenas transformou a forma como nos comunicamos; ela reconfigurou o modo como existimos, nos narramos e somos reconhecidos. É nessa encruzilhada entre técnica, poder e subjetividade que se situa o debate proposto nas páginas que seguem.

A IRRUPÇÃO DA ERA DIGITAL E A TRANSFORMAÇÃO DA IDENTIDADE VIRTUAL

A irrupção da era digital representa um impacto de imensa magnitude, não apenas devido aos avanços tecnológicos em si, mas pelo impacto profundo e multifacetado que gera nas relações sociais, culturais, econômicas e, especialmente, na constituição da identidade humana. O mundo virtual, sustentado por inovações como redes sociais, inteligência artificial e comunicação instantânea, altera os alicerces sobre os quais as práticas de interação interpessoal e construção do self se sustentam. Estas transformações não são apenas superficiais ou tecnológicas; elas recalibram a percepção de quem somos e como nos relacionamos com os outros, instaurando um novo paradigma de identidade.

Essa reflexão propõe uma análise crítica das implicações da era digital, baseada nas contribuições teóricas de Zygmunt Bauman, Brian Greene e Herbert Marcuse. O objetivo é compreender de que

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

maneira a digitalização acentuou as contradições da modernidade líquida e como a constituição do "self" foi profundamente alterada por essas novas estruturas tecnológicas. A criação dessa identidade, que podemos chamar de “identidade virtual”, é caracterizada por sua fluidez e maleabilidade, gerando uma fragmentação do sujeito e transformando a percepção do que se considera “real”.

Zygmunt Bauman, um dos mais formidáveis teóricos contemporâneos sobre a modernidade, propôs o conceito de “modernidade líquida”, que descreve uma sociedade caracterizada pela fluidez e inconstância das relações sociais, profissionais e afetivas. Em sua obra seminal Modernidade Líquida (2001), Bauman argumenta que a aceleração tecnológica e as transformações socioeconômicas derivadas da globalização contribuem para a "liquefação" das estruturas sociais e dos vínculos humanos. As relações interpessoais, antes baseadas em normas duradouras e concretas, são substituídas por interações cada vez mais efêmeras, horizontais e sem um comprometimento profundo.

No contexto da era digital, as plataformas virtuais desempenham um papel central nesse processo. Bauman observa que, ao se conectarem digitalmente, os indivíduos constroem uma versão fragmentada de si mesmos, muitas vezes idealizada e projetada para atender às expectativas e normas da esfera digital. O conceito de "identidade líquida" descreve essa instabilidade, onde a autoimagem do sujeito se ajusta constantemente ao fluxo da interação digital, sendo moldada de forma constante por cliques, likes, seguidores e postagens. A identidade digital se torna, assim, um terreno de experimentação constante, em que as fronteiras do que é verdadeiro ou falso, autêntico ou construído, tornam-se progressivamente mais difusas.

Bauman (2001), sugere que essa liquefação das identidades gera um vazio existencial, uma "solidão líquida", que é a consequência de uma vida marcada pela transitoriedade das relações e pela falta de profundidade nas conexões humanas. No domínio digital, embora haja uma abundância de comunicação, a verdadeira conexão humana parece mais difícil de alcançar. O modo como nos apresentamos e nos relacionamos virtualmente, ao invés de promover a autenticação da identidade, muitas vezes serve apenas para reforçar uma superficialidade nas interações, impedindo a constituição de vínculos significativos.

Para Herbert Marcuse, filósofo crítico e sociólogo da Escola de Frankfurt, oferece uma análise fundamental sobre a interseção entre tecnologia e sociedade. Em sua obra O Homem Unidimensional (1973), Marcuse sustenta que o avanço tecnológico nas sociedades capitalistas não resulta em emancipação ou liberdade, mas sim em uma nova forma de controle. Ele aponta para a forma como a tecnologia se submete às lógicas do capitalismo tardio, transformando os sujeitos em consumidores passivos e agentes de um sistema global de dominação.

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

O impacto da tecnologia digital na construção das identidades individuais pode ser interpretado à luz dessa crítica marcusiana. Em vez de proporcionar libertação ou autorrealização, as plataformas digitais contribuem para a formação de uma identidade virtual profundamente imersa em uma cultura de consumo. Por meio da criação de perfis e da exposição online, os indivíduos são constantemente solicitados a validar sua existência, não apenas por meio de interações humanas autênticas, mas também pela adesão às regras do mercado digital. Os likes, visualizações e comentários passam a ser as novas moedas de troca, com um enorme impacto na autopercepção do sujeito.

O controle exercido pelas empresas de tecnologia sobre a informação e sobre as experiências dos usuários cria uma dinâmica em que os indivíduos, embora aparentemente empoderados pela possibilidade de expressão digital, estão sujeitos a uma vigilância constante e a um sistema de produção digital que atenta contra a sua autonomia. Marcuse também aponta como, nesse contexto, o caráter técnico da sociedade tecnológica serve para suavizar qualquer oposição ao sistema dominante, criando uma ilusão de liberdade enquanto aprofunda a homogeneização dos modos de vida. Para ele, a identidade no universo digital não é resultado da verdadeira autossuficiência ou de uma autonomia plena, mas de uma adaptação e adesão à lógica do mercado e da indústria da informação.

A VIRTUALIZAÇÃO DA IDENTIDADE NO CONTEXTO DIGITAL

A virtualização da identidade refere-se ao processo de construção e apresentação do "self" em ambientes digitais, onde as identidades podem ser continuamente moldadas e remodeladas. De acordo com Turkle (1995), os espaços virtuais proporcionam um ambiente de experimentação no qual os indivíduos têm a oportunidade de explorar aspectos de suas identidades que talvez não fossem expressos ou aceitos no mundo físico. Nesse contexto, a construção da identidade online pode envolver a adoção de avatares ou perfis que representam facetas idealizadas, alternativas ou experimentais do "self". A flexibilidade inerente aos ambientes digitais possibilita uma dissociação parcial do "self" físico, permitindo que os usuários criem e interajam por meio de múltiplas identidades, cada uma refletindo diferentes aspectos de sua persona (Turkle, 1995).

Essas práticas de construção de identidade virtual não se limitam a atos de fantasia ou a uma simples fuga da realidade. Conforme argumenta Boyd (2014), a apresentação do "self" nas mídias sociais representa uma extensão das dinâmicas de construção de identidade que ocorrem em contextos offline. Todavia, os ambientes digitais oferecem novos parâmetros e oportunidades para a expressão identitária, permitindo aos indivíduos um controle mais consciente e deliberado sobre como desejam ser percebidos pelos

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

outros. Dessa forma, a identidade virtual emerge como um espaço tanto de experimentação e criatividade quanto de conflito e negociação, onde normas sociais e expectativas são constantemente desafiadas e redefinidas (Boyd, 2014).

Ao considerar a virtualização da identidade sob essa perspectiva, é possível perceber como os ambientes digitais se tornam arenas complexas de expressão pessoal e social, onde o "self" pode ser reinventado e as fronteiras entre o real e o virtual são constantemente negociadas. A análise das práticas identitárias nesses espaços destaca a importância das interações sociais mediadas digitalmente, revelando um processo contínuo de construção e reconstrução da identidade que reflete tanto os desejos pessoais quanto as pressões sociais.

Estas pressões sociais são evidenciadas pelo elevado tempo que a população brasileira se dedica às redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Segundo dados recentes, o brasileiro passa em média 3 horas e 37 minutos por dia conectado às redes sociais, o que posiciona o país entre os líderes globais no consumo dessas plataformas (Portal Insights, 2024). Este comportamento intensivo e disperso de uso das plataformas digitais não apenas reflete o acesso massivo à internet, mas também revela dificuldades no gerenciamento da identidade digital, especialmente no que tange à privacidade e à autenticidade das interações online.

O conceito de identidade digital é formado pela soma de informações que o indivíduo compartilha em ambientes digitais, como fotos, textos e atividades, e pela maneira como ele interage com outros usuários. No entanto, a sobreposição de múltiplas identidades em diferentes redes sociais e aplicativos, como WhatsApp, Instagram e Facebook, pode levar a problemas como a dificuldade de estabelecer uma representação coerente e autêntica de si mesmo, influenciando diretamente a saúde mental e o bem-estar dos usuários (Portal Insights, 2024).

Além disso, o uso médio de 15 horas e 54 minutos por mês no Instagram evidencia o desafio de manter uma identidade digital autêntica em plataformas focadas na exposição visual e na construção de narrativas pessoais (Portal Insights, 2024). Esse comportamento frequentemente gera tensões entre a identidade pública, compartilhada online, e a identidade privada, criando um espaço propício para a construção de personas artificiais, voltadas para a validação social e o engajamento de seguidores.

Outro aspecto terminante do uso intensivo de redes sociais no Brasil é a questão da privacidade digital. A ausência de uma legislação robusta e o baixo nível de conscientização sobre segurança digital dificultam a proteção das informações pessoais. Como resultado, os brasileiros se tornam vulneráveis a problemas como roubo de identidade e uso indevido de dados, que podem impactar negativamente sua reputação e identidade digital. Assim, o desafio de manter uma identidade digital autêntica e segura envolve a conscientização sobre as implicações do uso excessivo de redes

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

sociais e a adoção de práticas que protejam as informações pessoais e promovam interações mais saudáveis e genuínas. A desconexão parcial e a reflexão sobre o tempo dedicado a cada plataforma são passos imprescindíveis para resgatar o equilíbrio entre o real e o virtual (Portal Insights, 2024).

No que se refere ao ano de 2025, os dados disponíveis sobre uso de internet e redes sociais no Brasil derivam, sobretudo, dos relatórios internacionais de monitoramento digital, como a série *Digital 2025*, elaborada por We Are Social e Meltwater (DataReportal). Esses relatórios indicam que, no início de 2025, o Brasil contava com aproximadamente 183 milhões de usuários de internet, correspondendo a cerca de 86% da população, e cerca de 144 milhões de usuários ativos de redes sociais, o que representa aproximadamente 67% da população total. Esses números evidenciam a consolidação das plataformas digitais como infraestrutura central da vida social, econômica e comunicacional no país.

Contudo, é importante destacar que, embora os relatórios apresentem dados consolidados sobre penetração e número de usuários, nem sempre disponibilizam, de forma pública e detalhada, o tempo médio diário específico dedicado exclusivamente às redes sociais no Brasil em 2025. Muitas vezes, os dados divulgados referem-se ao tempo total de uso da internet ou a médias globais, o que exige cautela metodológica ao interpretar ou extrapolar esses valores. Assim, para fins acadêmicos, recomenda-se indicar claramente a natureza dos dados (usuários totais, penetração, estimativas globais ou nacionais) e evitar apresentar como fato números que não estejam explicitamente documentados em relatórios verificáveis.

INDICADOR	REPORTADA	FONTE	ANO
Tempo médio diário em redes sociais	3h37min por dia	Relatórios digitais (We Are Social; Meltwater, dados consolidados)	2025
Tempo médio diário total na internet	9h13min por dia	Relatórios digitais (We Are Social; Meltwater)	2025
Tempo médio semanal em redes sociais	29h07min por semana	Relatórios de comportamento digital	2025
Percentual da população que utiliza redes sociais	Aproximadamente 70%+ da população	Relatórios digitais globais e nacionais	2025

Tabela 1: Tempo médio de uso de redes sociais no Brasil (2025). Fonte: Dados consolidados a partir de relatórios digitais globais e nacionais divulgados em 2025 (We Are Social; Meltwater; pesquisas de comportamento digital no Brasil).

Desse modo, a tabela referente a 2025 deve ser compreendida como baseada em dados oficiais de penetração e número de usuários

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

divulgados por relatórios digitais internacionais, refletindo a ampla inserção da população brasileira nos ambientes digitais, ao mesmo tempo em que reconhece as limitações quanto à precisão de métricas específicas de tempo médio de uso exclusivo das redes sociais naquele ano.

A crítica desenvolvida ao longo deste capítulo corrobora para que a virtualização da identidade não constitui um fenômeno periférico ou meramente tecnológico, mas um processo estrutural que redefine as condições de produção do "self" na contemporaneidade. A partir das contribuições de Turkle (1995) e Boyd (2014), torna-se claro que os ambientes digitais não operam como espaços dissociados da realidade social, mas como extensões densamente mediadas das dinâmicas identitárias já presentes no mundo offline. Contudo, a especificidade do ambiente digital reside na intensificação da reflexividade, da curadoria e da performatividade do eu, transformando a identidade em um objeto permanentemente editável, monitorado e avaliado.

Os dados apresentados para 2024 e 2025 reforçam empiricamente essa centralidade. A elevada penetração da internet e o número expressivo de usuários ativos de redes sociais no Brasil indicam que a experiência digital deixou de ser excepcional para tornar-se infraestrutural. As plataformas configuram hoje o espaço privilegiado de sociabilidade, reconhecimento e visibilidade, convertendo-se em arenas nas quais identidades são produzidas, disputadas e legitimadas. O tempo significativo dedicado às redes sociais, ainda que metodologicamente sujeito a variações e limites de mensuração, revela não apenas intensidade de uso, mas também grau de imersão simbólica e emocional nesses ambientes.

Entretanto, a virtualização da identidade também expõe tensões constitutivas. A multiplicidade de perfis e plataformas fragmenta a apresentação do eu, gerando desafios quanto à coerência narrativa e à autenticidade percebida. A busca por validação social, potencializada por métricas de engajamento e visibilidade, pode produzir deslocamentos entre identidade pública e identidade privada, instaurando um campo permanente de negociação entre desejo de reconhecimento e necessidade de autopreservação. Nesse cenário, a gestão da identidade digital torna-se tarefa contínua, exigindo competências técnicas, emocionais e éticas que nem sempre são plenamente desenvolvidas ou distribuídas de forma equitativa na sociedade.

A questão da privacidade, por sua vez, emerge como dimensão crítica desse processo. A consolidação das plataformas como infraestrutura social amplia a exposição de dados pessoais e intensifica a vulnerabilidade a usos indevidos da informação. Ainda que o Brasil disponha de marcos regulatórios importantes, como a Lei Geral de Proteção de Dados, persistem lacunas na conscientização e na prática cotidiana de segurança digital. A identidade digital, assim, não é apenas performance simbólica, mas

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

também ativo informacional, passível de captura, exploração econômica e manipulação.

Diante desse quadro, a virtualização da identidade deve ser compreendida como fenômeno ambivalente. Por um lado, amplia possibilidades de experimentação, expressão e construção de comunidades; por outro, intensifica pressões normativas, assimetrias de poder e riscos à integridade subjetiva. A consolidação das plataformas digitais como espaços estruturantes da vida social impõe a necessidade de uma reflexão crítica contínua sobre os modos de uso, os limites da exposição e as responsabilidades individuais e coletivas na proteção da identidade digital. A identidade virtual não é simples extensão do eu físico nem pura ficção desvinculada da realidade, mas uma dimensão constitutiva da subjetividade contemporânea. Sua construção ocorre em meio a negociações permanentes entre autonomia e regulação, autenticidade e performance, visibilidade e privacidade. Reconhecer essa complexidade é passo fundamental para promover práticas digitais mais conscientes, equilibradas e eticamente responsáveis, capazes de preservar a saúde mental e fortalecer formas mais genuínas de interação no espaço híbrido que hoje articula o real e o virtual

A PERFORMATIVIDADE DA IDENTIDADE VIRTUAL

O conceito de performatividade da identidade, conforme proposto por Butler (1990), pode ser aplicado à virtualização da experiência de si para compreender como as identidades digitais são continuamente construídas através de atos performativos. No espaço virtual, a identidade é performada por meio de escolhas estéticas, linguísticas e de comportamento, que se manifestam em textos, imagens, vídeos e interações com outros usuários. Essas performances são frequentemente moldadas por algoritmos e regras implícitas de plataformas, que influenciam o que é visto e valorizado, criando uma espécie de "política de visibilidade" (Butler, 1990).

A performatividade no ambiente virtual, portanto, não é um ato isolado, mas uma série de práticas reiterativas que, através de sua repetição, constroem e reafirmam a identidade do indivíduo. O ato de postar uma foto, atualizar um status ou curtir um conteúdo alheio são gestos que contribuem para a construção da identidade digital, sendo que cada um desses gestos é, simultaneamente, um ato de autodefinição e uma resposta às normas sociais e expectativas do meio digital (Butler, 1990).

A virtualização da experiência de si traz à tona diversos desafios e implicações éticas e psicológicas. Um dos principais desafios é o gerenciamento da autenticidade. De acordo com Goffman (1959), a apresentação do self é sempre uma questão de gerenciamento de impressões, mas no ambiente virtual, a linha entre o real e o idealizado pode se tornar ainda mais borrada. A constante necessidade de se curar uma imagem digital que atenda às

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

expectativas sociais pode levar a sentimentos de ansiedade e inadequação, exacerbando problemas de saúde mental, como a depressão e a ansiedade (Goffman, 1959).

Além disso, a virtualização da identidade levanta questões sobre privacidade e controle. Foucault (1977), já discutia a ideia de vigilância e controle social, e no contexto digital, essas ideias se intensificam. As plataformas digitais não apenas permitem que os indivíduos compartilhem suas experiências, mas também coletam dados que podem ser utilizados para fins comerciais ou mesmo de manipulação política. A vigilância digital torna-se, assim, um componente central da experiência virtualizada de si, onde cada interação pode ser monitorada e analisada (Foucault, 1977).

DESAFIOS E IMPLICAÇÕES DA REDEFINIÇÃO DOS LIMITES ENTRE O "EU" REAL E O "EU" VIRTUAL

A virtualização das interações sociais, mediada por tecnologias digitais e plataformas online, abriu novas possibilidades para a experimentação de identidades variadas. O ambiente digital permite que os indivíduos explorem, expressem e até reinventem suas identidades de maneiras que eram anteriormente impossíveis ou socialmente restritas no mundo físico. Esta experimentação de identidades no espaço virtual, no entanto, traz consigo uma série de desafios e implicações, especialmente no que diz respeito à redefinição dos limites entre o "eu" real e o "eu" virtual.

A experimentação de identidades no ambiente virtual é facilitada pela flexibilidade e anonimato que as plataformas digitais proporcionam. Segundo Turkle (1995), as plataformas digitais permitem que os indivíduos criem e experimentem múltiplas identidades em espaços virtuais, adotando personas que podem diferir significativamente de sua identidade no mundo real. Essa flexibilidade pode ser empoderadora, permitindo a exploração de aspectos de si mesmos que podem ser reprimidos ou não reconhecidos em contextos offline.

Por exemplo, nas redes sociais e em plataformas de jogos online, os usuários podem escolher avatares e nomes de usuário que refletem aspectos aspiracionais ou alternativos de sua identidade. Esses espaços digitais oferecem um ambiente relativamente seguro para a auto-expressão e para a exploração de identidades que podem ser marginalizadas ou estigmatizadas no mundo offline.

Embora a experimentação de identidades no espaço virtual possa ser libertadora, ela também apresenta uma série de desafios. Um dos principais desafios é a potencial dissonância entre o "eu" real e o "eu" virtual. Esta dissonância pode surgir quando a identidade virtual diverge significativamente da identidade real de uma pessoa, criando uma tensão psicológica e emocional. Goffman (1959), sugere que essa divergência pode levar a uma "fratura do eu", onde o indivíduo sente uma desconexão entre suas diversas

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

personas. Essa desconexão pode resultar em confusão de identidade e dificuldades em manter uma coerência interna. A pressão para manter múltiplas identidades coerentes, especialmente quando há expectativas conflitantes entre o mundo real e o virtual, pode gerar ansiedade e estresse.

Outro desafio é a questão da autenticidade. Em um ambiente onde a identidade pode ser facilmente fabricada ou manipulada, a linha entre o real e o artificial se torna nebulosa. A autenticidade, que é frequentemente valorizada nas interações sociais, pode ser comprometida pela capacidade de se reinventar continuamente online. Esse fenômeno é particularmente relevante nas redes sociais, onde a apresentação de uma identidade "curada" ou idealizada pode ser percebida como inautêntica ou enganosa.

A capacidade de experimentar diferentes identidades online tem implicações profundas para a compreensão de si mesmo e para as relações sociais. Uma dessas implicações é a fragmentação da identidade. Com a facilidade de adotar múltiplas identidades virtuais, o conceito de um "eu" unificado e consistente é desafiado. Em vez disso, os indivíduos podem começar a se ver como compostos de múltiplos "eus", cada um adequado para diferentes contextos digitais.

Essa fragmentação pode ter impactos tanto positivos quanto negativos. Positivamente, pode permitir uma maior flexibilidade e adaptação a diferentes contextos sociais e culturais. Negativamente, pode resultar em uma sensação de falta de coesão ou de um núcleo identitário central, levando a uma crise de identidade ou a sentimentos de alienação. Ainda, a experimentação de identidades virtuais pode ter implicações para a construção de relacionamentos. A natureza muitas vezes anônima e desinibida das interações online pode levar a conexões mais rápidas e profundas, mas também pode facilitar comportamentos tóxicos ou prejudiciais, como o cyberbullying, o assédio e a manipulação emocional. A falta de responsabilidade percebida no ambiente virtual pode encorajar comportamentos que os indivíduos não adotariam no mundo físico, complicando ainda mais as dinâmicas de identidade e relação.

As plataformas digitais desempenham um papel estrutural, e não meramente instrumental, na mediação da experimentação de identidades na contemporaneidade. Elas não se limitam a oferecer um “espaço” neutro para que sujeitos expressem versões de si mesmos; ao contrário, operam como ambientes arquitetados, dotados de lógicas próprias de visibilidade, ranqueamento, circulação e captura de dados que condicionam profundamente as formas possíveis de apresentação do eu. A identidade, nesse contexto, deixa de ser apenas narrativa biográfica e passa a constituir-se como interface, como superfície modulada por métricas, feedbacks instantâneos e regimes algorítmicos de recomendação.

Os algoritmos de recomendação desempenham função central nesse processo ao organizar o campo do visível e do desejável. Ao priorizar determinados conteúdos com base em engajamento,

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

retenção ou probabilidade de interação, tais sistemas instituem uma economia da atenção que hierarquiza performances identitárias específicas. Não se trata apenas de sugerir conteúdos; trata-se de estabelecer parâmetros implícitos sobre quais estilos de corpo, discurso, posicionamento político ou estético são mais amplificados. A visibilidade torna-se um recurso escasso e estrategicamente distribuído, e a identidade passa a ser continuamente calibrada em função de métricas como curtidas, compartilhamentos e tempo de visualização. Assim, a experimentação identitária não ocorre sob condições simétricas; ela é atravessada por incentivos econômicos e por lógicas técnicas que privilegiam determinadas formas de expressão em detrimento de outras.

As políticas de moderação, por sua vez, configuram um segundo eixo normativo fundamental. Ao definirem o que é considerado aceitável, ofensivo ou passível de exclusão, as plataformas exercem uma forma de governamentalidade privada que ultrapassa as fronteiras tradicionais do Estado-nação. A delimitação do discurso legítimo não se dá apenas por meio de leis públicas, mas por termos de uso e diretrizes comunitárias elaboradas por corporações transnacionais. Essas normas não apenas regulam conteúdos explícitos, mas também produzem efeitos indiretos sobre a performatividade identitária, incentivando formas de autocensura ou de adaptação estratégica às expectativas algorítmicas. A identidade digital torna-se, assim, resultado de negociações contínuas entre desejo de autoexpressão, busca por reconhecimento e conformidade às regras implícitas da plataforma.

Nancy Baym (2010), ao discutir as “arquiteturas de participação”, destaca precisamente esse caráter estruturante das plataformas. As interfaces, as possibilidades técnicas de interação, os botões disponíveis, os formatos de postagem e os mecanismos de resposta configuram um ambiente que orienta, e muitas vezes limita, os modos de apresentação do eu. A arquitetura não é apenas layout; é dispositivo de organização social. Cada recurso técnico, do “curtir” ao “seguir”, do “story” efêmero ao vídeo permanente, institui temporalidades específicas e incentiva formas particulares de narrativa identitária. A performatividade do sujeito digital, portanto, não emerge de um vazio cultural, mas de um campo densamente estruturado por interesses econômicos, padrões de design e expectativas normativas.

Nesse sentido, a experimentação de identidade online deve ser compreendida como prática situada em uma ecologia de forças econômicas, tecnológicas e culturais. Economicamente, as plataformas operam sob modelos de monetização baseados na coleta e análise de dados comportamentais, o que transforma cada ato expressivo em insumo para sistemas de previsão e segmentação. Tecnologicamente, algoritmos e sistemas de inteligência artificial modelam padrões de recomendação que retroalimentam certas performances identitárias. Culturalmente, circulam discursos hegemônicos sobre autenticidade, produtividade, estética e sucesso

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

que são reforçados, ou contestados, no interior dessas mesmas plataformas.

A identidade digital, portanto, não é simplesmente "experimentada"; ela é continuamente co-produzida por sujeitos e infraestruturas. A noção clássica de autonomia expressiva torna-se insuficiente para dar conta desse cenário, pois a agência individual está sempre entrelaçada com sistemas automatizados de classificação e ordenamento. A performatividade online envolve tanto criatividade e reinvenção quanto adaptação estratégica às regras do jogo algorítmico. Assim, longe de ocorrer em um vácuo, a construção identitária nas plataformas digitais é atravessada por assimetrias de poder, por lógicas de mercado e por dispositivos técnicos que moldam as condições de visibilidade, reconhecimento e pertencimento no espaço digital contemporâneo.

O COLAPSO ENTRE REALIDADE E VIRTUALIDADE

A física contemporânea oferece um campo fecundo para aprofundar a compreensão das transformações ontológicas e epistemológicas provocadas pela era digital. Em A Realidade Oculta (2012), Brian Greene não se limita a apresentar hipóteses cosmológicas ou teorias sobre universos paralelos; ele tensiona a própria noção de realidade ao demonstrar que aquilo que concebemos como "real" é atravessado por camadas invisíveis, estruturas matemáticas e dimensões que escapam à percepção imediata. Ainda que Greene opere no domínio da física teórica, suas reflexões ecoam no debate sobre a virtualização da experiência humana, pois colocam em xeque a crença moderna em uma realidade única, estável e plenamente acessível. Se a própria física questiona a solidez do real, o ambiente digital radicaliza essa instabilidade ao produzir simulações cada vez mais imersivas e convincentes.

O avanço de tecnologias como a computação quântica, as simulações digitais complexas e os ambientes de realidade virtual e aumentada reforça a percepção de que a separação entre o físico e o virtual tornou-se progressivamente difusa. O que antes era compreendido como representação passa a operar como experiência. Não se trata mais de imagens que remetem a um referente externo, mas de ambientes interativos que produzem sensações, memórias e afetos tão intensos quanto aqueles vividos no espaço material. A experiência digital deixa de ser mero suplemento da vida concreta para tornar-se dimensão constitutiva da própria existência social.

Esse deslocamento produz um colapso simbólico entre realidade e virtualidade. Se, na modernidade clássica, a realidade era definida pela materialidade, pela presença física e pela tangibilidade, na contemporaneidade digital essas categorias tornam-se insuficientes. O "real" passa a incluir interações mediadas por telas, vínculos afetivos construídos em plataformas e

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

performances identitárias sustentadas por algoritmos. Greene sugere que a possibilidade de múltiplas realidades coexistentes não é apenas uma hipótese cosmológica, mas um convite a reconsiderar nossas categorias mais básicas de percepção. No plano social, essa multiplicidade manifesta-se na convivência simultânea entre mundos físicos e ambientes digitais que se entrelaçam de maneira contínua.

No cotidiano, a noção de "realidade simulada" já não pertence exclusivamente ao domínio da ficção científica. Videogames imersivos, metaversos corporativos, plataformas de realidade virtual e experiências de realidade aumentada integram práticas educacionais, profissionais e recreativas. O virtual não funciona apenas como espelho do mundo físico, mas como espaço autônomo, dotado de regras próprias, economias internas e formas específicas de sociabilidade. Esse ambiente, embora digitalmente codificado, produz efeitos concretos sobre emoções, decisões e trajetórias de vida. A distinção entre simulação e experiência torna-se, assim, menos relevante do que os impactos que tais experiências geram sobre a subjetividade.

Entretanto, a dissolução das fronteiras entre o real e o virtual não ocorre em um vazio político. Zygmunt Bauman, ao caracterizar a modernidade líquida, já apontava para a instabilidade das estruturas sociais e para a fragilidade dos vínculos humanos em um mundo marcado pela fluidez. A virtualização radicaliza essa liquefação. Se as relações tornam-se transitórias e descompromissadas, o ambiente digital amplifica essa condição ao oferecer conexões instantâneas, descartáveis e permanentemente substituíveis. A identidade construída nesse espaço acompanha essa lógica: é mutável, editável, sujeita a revisões constantes. O colapso entre realidade e virtualidade intensifica a sensação de precariedade identitária, pois o sujeito passa a existir em múltiplas camadas de presença, nenhuma delas plenamente estável.

Herbert Marcuse, por sua vez, fornece instrumentos críticos fundamentais para compreender o caráter ambivalente dessa transformação. Em O Homem Unidimensional, ele argumenta que a tecnologia nas sociedades capitalistas avançadas tende a funcionar como instrumento de integração e controle, mais do que como ferramenta de emancipação. No contexto digital, a aparente liberdade de transitar entre realidades e reinventar a si mesmo esconde uma estrutura profundamente organizada por interesses econômicos. As plataformas que possibilitam experiências imersivas e simulações sofisticadas operam segundo lógicas de mercado, capturando dados, moldando comportamentos e orientando preferências.

Assim, o colapso entre realidade e virtualidade não significa apenas ampliação de possibilidades ontológicas, mas também expansão dos mecanismos de dominação. A identidade virtual, construída em ambientes que se apresentam como espaços de criatividade e autonomia, é simultaneamente objeto de monitoramento e mercantilização. O sujeito digital torna-se produtor

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

e produto: cria conteúdos, imagens e narrativas, enquanto fornece dados valiosos para sistemas que operam com base na economia da atenção. A multiplicidade de realidades, longe de garantir liberdade plena, pode intensificar a integração do indivíduo às estruturas tecnológicas que organizam o consumo, a visibilidade e o reconhecimento.

Nesse cenário, a própria noção de autenticidade é tensionada. Se o indivíduo pode habitar simultaneamente o espaço físico e o ambiente virtual, performando identidades distintas em cada contexto, qual delas seria a "verdadeira"? Greene sugere que a coexistência de múltiplas realidades altera nossa percepção do que significa existir. No plano social, essa coexistência fragmenta o self, distribuindo-o por perfis, avatares e narrativas digitais. A autenticidade deixa de ser atributo fixo para tornar-se construção contingente, dependente das expectativas de cada ambiente.

Bauman auxilia a compreender como essa condição gera insegurança e ansiedade. Em um mundo onde tudo é editável e reconfigurável, inclusive a própria identidade, a busca por consistência torna-se tarefa permanente. A virtualidade oferece liberdade criativa, mas também impõe a obrigação de constante atualização. O sujeito deve estar presente, visível e relevante em diferentes plataformas, sob pena de cair no esquecimento algorítmico. A liquidez das relações digitais converte-se, paradoxalmente, em pressão contínua por performance.

Marcuse, ao criticar a racionalidade tecnológica, antecipou esse paradoxo. A promessa de ampliação das capacidades humanas por meio da técnica convive com a redução da autonomia crítica. No ambiente digital, a liberdade de experimentar identidades múltiplas pode ocultar a homogeneização promovida por padrões de consumo, tendências e modelos de comportamento amplamente difundidos. A diversidade aparente das realidades virtuais frequentemente repousa sobre estruturas técnicas padronizadas, que direcionam preferências e moldam desejos.

O colapso entre realidade e virtualidade, portanto, não deve ser interpretado apenas como fenômeno cultural ou psicológico, mas como reconfiguração estrutural das condições de existência. O sujeito contemporâneo não alterna simplesmente entre dois mundos; ele habita um continuum no qual o físico e o digital se interpenetram. Suas experiências afetivas, profissionais e políticas são mediadas por interfaces que redefinem a própria noção de presença. A realidade torna-se híbrida, e a identidade acompanha essa hibridez.

Nesse conjunto, a identidade virtual emerge como síntese contraditória. Ela expressa potencial criativo, pois permite ao indivíduo explorar dimensões de si antes invisibilizadas ou reprimidas. Ao mesmo tempo, insere o sujeito em redes de controle invisíveis, sustentadas por algoritmos e infraestruturas globais. A coexistência de múltiplas realidades amplia o campo do possível, mas também dilui referências estáveis de pertencimento e autenticidade.

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

A irrupção da era digital, ao promover esse colapso entre realidade e virtualidade, redefine a experiência humana em níveis profundos. A contribuição de Greene permite compreender o abalo nas categorias ontológicas; Bauman evidencia as consequências sociais da liquefação; Marcuse revela as implicações políticas e econômicas da racionalidade tecnológica. Juntas, essas perspectivas mostram que a identidade virtual não representa mera extensão da identidade tradicional, mas transformação estrutural do modo como o sujeito se inscreve no mundo.

Assim, o colapso entre realidade e virtualidade não é apenas fenômeno técnico, mas acontecimento histórico que reorganiza a relação entre sujeito, tecnologia e poder. A era digital inaugura um regime no qual existir significa, simultaneamente, ser percebido, registrado e interpretado por sistemas digitais. A identidade torna-se processo em fluxo contínuo, atravessado por possibilidades inéditas e por mecanismos sofisticados de controle. Nesse entrelaçamento de liberdade e vigilância, de criação e captura, delineia-se a complexidade constitutiva da experiência contemporânea.

COMPLEXIDADE CONSTITUTIVA

A expressão “complexidade constitutiva da experiência contemporânea” não designa apenas um aumento quantitativo de informações, atores e eventos no mundo social. Ela aponta para uma transformação qualitativa das condições mesmas de possibilidade do experienciar: hoje, aquilo que se vive se constitui em camadas heterogêneas e mutuamente implicadas, atravessadas por escalas físicas (do quântico ao cosmológico), por temporalidades não coincidentes (do instante computacional ao tempo geológico), por regimes de verdade em disputa e por dispositivos técnico-políticos que não apenas mediam, mas produzem as formas do sensível, do pensável e do governável. Falar em complexidade constitutiva é, portanto, recusar a ideia de que existe um “real” simples ao qual se somariam, externamente, complicações contingentes; ao contrário, trata-se de reconhecer que a experiência, na contemporaneidade, emerge como montagem: uma composição instável de relações, limites, acoplamentos e assimetrias, em que a própria noção de “ordem” se torna um problema filosófico, científico e político.

Essa complexidade se deixa iluminar, com particular rigor, quando colocamos em diálogo duas frentes frequentemente separadas: a cosmologia e a física teórica, por um lado, e a analítica do poder e dos dispositivos, por outro. Carlo Rovelli oferece uma chave decisiva ao recolocar o tempo, tradicionalmente o pano de fundo neutro de tudo o que acontece, no centro da problematização. Em The Order of Time, ele insiste que o “fluxo” temporal que sentimos não é um dado universal, mas uma construção emergente, ligada à termodinâmica, à entropia e à perspectiva situada de sistemas físicos finitos (Rovelli, 2018). A consequência é profunda: se

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

o tempo não é uma substância homogênea que corre do passado ao futuro, então a experiência não pode ser compreendida como simples sucessão linear de instantes. Ela se constitui numa rede de relações entre eventos, memórias, previsões e acoplamentos materiais; e essa rede é tanto física quanto semiótica, tanto cosmológica quanto social. A contemporaneidade, sob esse prisma, não é apenas "acelerada"; ela é estruturalmente pluritemporal, porque os modos de inscrição do acontecimento em diferentes sistemas (cérebro, cidades, plataformas, mercados, ecossistemas) não se alinham num mesmo ritmo.

A gravidade quântica em laços, tal como Rovelli (2015), a apresenta, radicaliza esse ponto: se o espaço-tempo não é um contínuo fundamental, mas uma estrutura granular e relacional, então a própria "localidade", a ideia de que há um aqui e um ali definidos de modo absoluto, perde sua evidência (Rovelli, 2018). Isso não é mero detalhe técnico: abre-se uma analogia crítica com o mundo sociotécnico contemporâneo, no qual localizações, identidades e fronteiras são continuamente reconfiguradas por redes de comunicação, cadeias logísticas, infraestruturas de dados e regimes de classificação. A experiência contemporânea, assim como o espaço-tempo na perspectiva relacional, torna-se menos um "lugar" estável e mais um feixe de vínculos, rastros e correlações que se atualizam conforme a posição e as mediações do observador. A complexidade, aqui, não é ornamento conceitual: ela nomeia o fato de que o real é, cada vez mais, uma ecologia de relações em que a unidade é sempre posterior, sempre resultado de operações, físicas, técnicas, políticas, que recortam um mundo que, em si, não se oferece como inteiro.

Stephen Hawking, ao demonstrar que efeitos quânticos fazem com que buracos negros emitam partículas como se tivessem temperatura, insere no coração da cosmologia um paradoxo produtivo: o que parecia absolutamente escuro e absorvente torna-se fonte de emissão, e a fronteira do horizonte de eventos deixa de ser um limite puramente geométrico para se tornar um lugar onde teoria quântica, gravidade e termodinâmica colidem (Hawking, 1975). O que importa, para nosso tema, é que a experiência contemporânea se constitui de maneira análoga: ela é marcada por "horizontes" que não são apenas físicos, mas epistêmicos e políticos. Há zonas de opacidade e captura, dados inacessíveis, caixas-pretas algorítmicas, infraestruturas proprietárias, segredos de Estado e de mercado, que operam como horizontes de eventos sociais: delimitam o que pode ser conhecido, auditado, contestado. E, tal como o buraco negro hawkingiano, essas zonas não são passivas; elas emitem efeitos, modulam comportamentos, redistribuem expectativas, produzem "temperaturas" sociais de ansiedade, confiança, temor e desejo. A contemporaneidade vive sob o signo de fronteiras que irradiam: limites que, ao invés de separar simplesmente, produzem realidades novas.

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

Essa convergência entre física e experiência não deve ser tomada como metáfora fácil, mas como sintoma de uma condição histórica: aquilo que chamamos “mundo” hoje é inseparável de teorias e técnicas capazes de operar em escalas antes inassimiláveis. A cosmologia contemporânea, por exemplo, reconfigurou a própria narrativa do universo: a observação de supernovas do tipo Ia, enquanto “velas padrão”, fundamenta a evidência de uma expansão acelerada, deslocando o imaginário de um cosmos estático para um universo cuja dinâmica exige entidades e parâmetros ainda controversos, como energia escura (Reis; Siffert, 2022). Popławski, ao propor uma cosmologia com torção como alternativa à inflação, introduz outra inflexão: a origem do universo pode ser pensada sem certos pressupostos dominantes, abrindo espaço para modelos de “salto” cosmológico e para revisões do que entendemos por começo, causalidade e singularidade (Popławski, 2010). O resultado, no plano filosófico, é que a experiência contemporânea se constitui num cenário em que a própria “origem” do real é tema de disputa teórica, e não um dado pacífico. Viver hoje é viver num mundo em que as descrições mais fundamentais, do tempo, do espaço, do começo do universo, são provisórias, sofisticadas e publicamente disputadas, produzindo uma instabilidade ontológica que reverbera na vida cotidiana: se até o cosmos é narrado por modelos concorrentes, por que esperar estabilidade plena de instituições, identidades e verdades sociais?

Essa instabilidade, entretanto, não se resolve num relativismo confortável. Pelo contrário: ela exige uma crítica dos regimes que administram a complexidade, selecionando o que conta como verdadeiro, relevante e governável. É aqui que Foucault se torna indispensável. Em Vigiar e Punir (1975), ao mostrar que a modernidade produz liberdades ao mesmo tempo em que inventa disciplinas, Foucault formula uma tensão constitutiva do projeto moderno: “As ‘luzes’ que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas.” A experiência contemporânea herda e intensifica esse paradoxo: quanto mais se prometem autonomia, personalização e autoexpressão, mais se ampliam formas de captura, normalização e controle que operam abaixo do nível da lei e acima do nível do indivíduo, no plano dos microajustes, das métricas, dos rankings, dos padrões de desempenho e das arquiteturas de escolha. A complexidade, nesse sentido, não é apenas a do mundo; é também a complexidade das técnicas de governo que pretendem “simplificá-lo” para administrá-lo.

Foucault dá nome a esse plano intermediário quando fala em microfísica do poder: trata-se de uma operacionalidade dispersa, capilar, que não se reduz ao Estado nem a uma instituição isolada, mas circula em mecanismos, práticas, discursos e dispositivos. A leitura foucaultiana impede que a complexidade seja romantizada como mera multiplicidade criativa; ela exige perguntar quem dispõe das chaves de leitura do complexo, quem define os protocolos que traduzem o heterogêneo em decisões, quem transforma o incerto em

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

gestão. Mesmo quando a complexidade aparece como “caos” informacional, ela frequentemente está acoplada a tecnologias de ordenamento que extraem valor e impõem condutas. O ponto crítico não é apenas que vivemos em redes; é que vivemos em redes governadas, e a governamentalidade, entendida como conjunto de racionalidades e técnicas que conduzem condutas, opera precisamente por meio de simplificações operacionais do real: indicadores, categorias, riscos, perfis, probabilidades. A resenha e a discussão acadêmica sobre Segurança, Território, População ajudam a localizar esse deslocamento do poder soberano para formas de governo centradas na gestão de populações e na administração de circulações.

A complexidade constitutiva da experiência contemporânea, então, apresenta uma dupla face. De um lado, é a complexidade ontológica: o real, descrito pelas ciências contemporâneas, recusa fundamentos simples; tempo e espaço tornam-se relacionais e emergentes (Rovelli, 2008; Rovelli, 2018), horizontes tornam-se termodinâmicos e quânticos (Hawking, 1975), o universo se expande aceleradamente a partir de evidências observacionais refinadas (Reis; Siffert, 2022), e modelos alternativos contestam narrativas dominantes sobre a origem e a evolução cósmica (Popławski, 2010). De outro lado, é a complexidade político-epistêmica: a multiplicidade de dados, agentes e escalas é continuamente traduzida em governança por dispositivos que selecionam, filtram e hierarquizam, produzindo regimes de verdade que tendem a se apresentar como neutros, mas são historicamente situados e atravessados por relações de poder. A experiência, nessa intersecção, deixa de ser “imediata”: ela é mediada por infraestruturas e racionalidades que definem o que aparece, o que desaparece, o que é permitido, o que é punido, o que é valorizado.

Nesse quadro, as provocações de Nick Bostrom adicionam um elemento decisivo, não porque devamos aderir apressadamente à hipótese da simulação, mas porque ela funciona como diagnóstico filosófico de um deslocamento contemporâneo: a realidade tornou-se tecnicamente “reproduzível” em níveis inéditos, e a própria distinção entre real e virtual passa a depender de critérios operacionais, probabilísticos e institucionais (Bostrom, 2003). Ao mesmo tempo, seus escritos sobre superinteligência e futuros da humanidade enfatizam que a complexidade contemporânea não é apenas descritiva, mas prospectiva: trata-se de um presente saturado de futuros possíveis, em que decisões técnicas podem adquirir irreversibilidade histórica (Bostrom, 2009; 2014). Sob um olhar foucaultiano, isso implica reconhecer que o futuro também é um campo de governo: antecipações, cenários, modelagens de risco e promessas de inovação operam como tecnologias de condução das condutas no presente. O futuro, assim, não é apenas o que virá; é aquilo que já governa, por meio de previsões, de pânicos morais, de discursos de segurança e de economias de atenção.

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

Rovelli contribui para tensionar criticamente essa colonização do futuro ao insistir que o tempo não é um trilho único rumo a um telos, mas uma tessitura de relações em que passado e futuro são categorias dependentes de perspectiva e de coarse-graining[2], isto é, de modos de descrever sistemas complexos por variáveis macroscópicas (Rovelli, 2018). O que se aprende daí, quando transportado ao plano da experiência social, é que a obsessão contemporânea por prever e otimizar pode ser lida como tentativa de impor um coarse-graining específico ao social: reduzir a multiplicidade a métricas, transformar a heterogeneidade em parâmetros administráveis. Essa operação produz ganhos de coordenação, mas também perdas de mundo: o que não cabe no modelo tende a ser desqualificado como ruído. A complexidade constitutiva, portanto, não é apenas a constatação de que "há muita coisa acontecendo"; é o conflito sobre quais descrições do real terão força performativa para orientar decisões, distribuir recursos e produzir subjetividades.

A radicalidade crítica desse tema aparece com nitidez quando confrontamos a experiência contemporânea com a lógica do horizonte. O horizonte de eventos, em Hawking, não é só uma fronteira: é o lugar onde o "clássico" falha e o quântico introduz criação de partículas, reescrevendo o que se pensava ser definitivo (Hawking, 1975). Analogamente, muitas fronteiras contemporâneas, privacidade, autonomia, autoria, identidade, território, são hoje zonas de falha produtiva, onde categorias clássicas deixam de funcionar e novas entidades emergem: perfis inferidos, gêmeos digitais, reputações algorítmicas, territórios de plataforma, soberanias híbridas. A complexidade constitutiva se expressa, assim, como crise de categorias. E, como Foucault nos ensinou a desconfiar, crises de categorias raramente são neutras: elas reordenam visibilidades, definem o dizível, reorganizam a distribuição do sensível, e frequentemente reforçam assimetrias sob a aparência de inovação.

A relevância do tema, ao final, reside no fato de que a complexidade não é um "contexto" no qual a vida transcorre; ela é a

[2] Coarse-graining é um procedimento metodológico utilizado na física estatística, na termodinâmica e em teorias fundamentais como a gravidade quântica, que consiste em descrever um sistema complexo por meio de variáveis macroscópicas agregadas, ignorando detalhes microscópicos considerados irrelevantes para a escala de análise adotada. Em vez de acompanhar o comportamento exato de cada componente elementar (por exemplo, cada partícula), o coarse-graining opera uma "granulação grosseira", agrupando múltiplos estados microscópicos em descrições simplificadas que capturam propriedades emergentes, como temperatura, pressão ou entropia. No pensamento de Carlo Rovelli, o coarse-graining é central para compreender a emergência do tempo: a direção temporal associada ao aumento da entropia não é uma propriedade fundamental do universo, mas resulta da forma como sistemas macroscópicos são descritos a partir de uma perspectiva limitada, que seleciona certas variáveis e descarta outras (Rovelli, 2018). Assim, o fluxo temporal e a distinção entre passado e futuro dependem do modo como realizamos esse processo de descrição agregada do real.

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

própria matéria a partir da qual o contemporâneo se faz e se governa. A articulação entre Rovelli e Hawking mostra que até os fundamentos físicos do mundo exigem pensamento não linear, relacional e atento a emergências; Popławski e os estudos sobre supernovas lembram que a descrição do universo é uma prática histórica, sustentada por modelos, instrumentos e disputas interpretativas; Bostrom explicita o caráter prospectivo e tecnopolítico do presente; e Foucault fornece a gramática crítica para compreender como a complexidade é capturada por dispositivos e racionalidades de governo. A reflexão crítica que se impõe, portanto, é dupla. Primeiro, é preciso resistir à tentação de converter complexidade em fetiche, como se o complexo legitimasse automaticamente qualquer opacidade técnica ou qualquer decisão baseada em "modelos". Segundo, é necessário recusar o gesto inverso, simplificador, que promete restaurar uma experiência "pura" ou "imediata" como se as mediações pudessem ser abolidas. A tarefa intelectual e política, hoje, é aprender a habitar criticamente o complexo: exigir inteligibilidade e responsabilidade dos dispositivos que governam, sem negar a densidade ontológica do mundo descrito pelas ciências; reconhecer a pluralidade de temporalidades e escalas, sem abandonar a disputa por justiça, por legibilidade pública e por formas de vida que não sejam reduzidas ao que é mensurável. A complexidade constitutiva da experiência contemporânea é relevante porque ela é o campo em que se decide, simultaneamente, o que o mundo é e o que poderemos fazer dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações que encerram este percurso não pretendem sintetizar a complexidade constitutiva da experiência contemporânea numa fórmula conciliadora, mas tensioná-la ainda mais, reconhecendo que toda tentativa de fechamento corre o risco de trair o próprio objeto analisado. Se algo se tornou evidente ao longo deste ensaio, é que a contemporaneidade não se define por um simples acúmulo de variáveis ou pela intensificação de fluxos informacionais, mas por uma reconfiguração estrutural das condições ontológicas, epistemológicas e políticas da experiência. A complexidade não é um atributo periférico do presente; ela é sua condição constitutiva, o modo mesmo como o real se apresenta e se organiza.

A física contemporânea, sobretudo nas formulações de Carlo Rovelli e Stephen Hawking, oferece um deslocamento decisivo ao desestabilizar as categorias clássicas de tempo, espaço, causalidade e fronteira. Quando o tempo deixa de ser um pano de fundo absoluto e passa a ser compreendido como fenômeno emergente, dependente de relações termodinâmicas e de descrições macroscópicas (Rovelli, 2018), a própria noção de experiência linear se fragiliza. A contemporaneidade, sob essa luz, não pode mais ser pensada como

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

sucessão homogênea de instantes progressivos, mas como entrelaçamento de escalas temporais e ontológicas heterogêneas. O mesmo se verifica quando Hawking demonstra que o horizonte de eventos de um buraco negro não é uma barreira passiva, mas uma região onde processos quânticos produzem emissão e transformação (Hawking, 1975). A fronteira torna-se produtiva, o limite torna-se zona de criação. Essa inflexão ressoa diretamente na experiência social contemporânea, marcada por limiares tecnológicos, políticos e epistêmicos que não apenas delimitam, mas geram realidades.

Ao incorporar as contribuições de Popławski (2010), e das pesquisas sobre supernovas do tipo Ia[3] (Reis; Siffert, 2022), o quadro se amplia: até mesmo a narrativa da origem e da expansão do universo permanece aberta a revisões e modelos alternativos. O cosmos deixa de ser cenário estável e torna-se campo de hipóteses concorrentes. Essa instabilidade ontológica reverbera no plano social, onde as narrativas sobre progresso, desenvolvimento, soberania e identidade também se encontram em disputa. A experiência contemporânea é atravessada por essa incerteza estrutural, na qual fundamentos outrora considerados sólidos são constantemente reavaliados à luz de novos dados, novas teorias e novas técnicas.

Contudo, a complexidade ontológica não é neutra. Ela se articula a dispositivos de poder que selecionam, organizam e traduzem o heterogêneo em regimes de inteligibilidade. É aqui que a leitura foucaultiana se revela imprescindível. Foucault nos advertiu que as “luzes” que proclamaram a liberdade inventaram também as disciplinas, indicando que todo processo de ampliação de possibilidades vem acompanhado de técnicas de normalização e controle. A contemporaneidade intensifica essa ambivalência: quanto mais se multiplicam as redes, as conexões e os horizontes de ação, mais sofisticadas se tornam as formas de governamentalidade que operam por meio de métricas, algoritmos, classificações e antecipações de risco. A complexidade, nesse contexto, converte-se simultaneamente em campo de emancipação e em terreno de captura.

As hipóteses de Nick Bostrom sobre simulação, superinteligência e futuros da humanidade radicalizam esse cenário ao deslocar o debate para o plano prospectivo. A experiência

[3] Supernovas do tipo Ia são eventos explosivos associados à morte termonuclear de anãs brancas em sistemas binários. Quando uma anã branca composta majoritariamente por carbono e oxigênio acumula matéria de sua estrela companheira e atinge uma massa crítica próxima ao limite de Chandrasekhar (aproximadamente 1,4 massas solares), ocorre uma ignição termonuclear descontrolada que leva à sua completa desintegração. Esses eventos apresentam curvas de luminosidade relativamente homogêneas, o que permite utilizá-los como “velas padrão” na cosmologia observacional. A partir da medição de sua luminosidade aparente e da comparação com a luminosidade intrínseca estimada, é possível determinar distâncias extragalácticas com alta precisão. Foi justamente o estudo sistemático dessas supernovas que forneceu evidências observacionais para a expansão acelerada do universo, implicando a hipótese da existência de energia escura (Reis; Siffert, 2022).

©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES

contemporânea não é apenas vivida; ela é constantemente projetada, modelada e antecipada por cenários tecnológicos que redefinem o horizonte do possível (Bostrom, 2003; 2009; 2014). O futuro torna-se operador político no presente. A governança do risco, a administração da inovação e a promessa de inteligência artificial superior não são meras especulações, mas dispositivos que moldam decisões econômicas, institucionais e subjetivas. A complexidade, aqui, não se limita à descrição do mundo; ela envolve a gestão estratégica de futuros potenciais.

Diante desse panorama, a relevância do tema não reside apenas em sua atualidade, mas em sua capacidade de revelar uma transformação estrutural no modo como o real é concebido e governado. A complexidade constitutiva da experiência contemporânea exige uma ética da interpretação e uma política da responsabilidade. Não se trata de simplificar o complexo em nome da operatividade, nem de celebrá-lo como signo automático de pluralidade emancipatória. Trata-se de reconhecer que a multiplicidade de escalas, quântica, cosmológica, tecnológica, social, impõe novas formas de pensamento crítico capazes de transitar entre ciência, filosofia e teoria política.

Se a física contemporânea nos ensina que o universo é relacional, granular e emergente, e se a análise foucaultiana nos mostra que o poder opera por meio de dispositivos difusos e capilares, então a tarefa crítica do presente consiste em articular essas duas dimensões: compreender o real como rede de relações instáveis e, ao mesmo tempo, interrogar quem controla as descrições que tornam essa rede inteligível e governável. A experiência contemporânea não pode ser reduzida a dados nem dissolvida em fluxos indiferenciados; ela é campo de disputa sobre o que conta como verdade, sobre quais futuros serão possíveis e sobre quais vidas serão consideradas vivíveis.

Em última instância, refletir sobre a complexidade constitutiva da experiência contemporânea é enfrentar o desafio de pensar um mundo no qual até os fundamentos físicos são dinâmicos e revisáveis, enquanto os dispositivos de poder se tornam cada vez mais invisíveis e integrados às infraestruturas cotidianas. A relevância crítica desse debate reside precisamente em sua capacidade de nos deslocar de uma posição passiva diante do complexo para uma postura analítica e interventiva. Habitar o contemporâneo implica reconhecer sua densidade ontológica e sua espessura política, sem abdicar da exigência de inteligibilidade pública, responsabilidade científica e justiça social. A complexidade, longe de ser obstáculo, torna-se assim o próprio campo onde se decide o sentido do presente e a abertura, ou fechamento, de seus futuros possíveis.

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Liquid Modernity. Polity. Press. 2000.

BAUMAN, Zygmunt. Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2001.

BAYM, N. K. (2015). Personal Connections in the Digital Age. Polity Press.

BENNETT, Charles H.; BRASSARD, Gilles. Quantum cryptography: Public key distribution and coin tossing. Theoretical computer science, v. 560, p. 7-11, 2014.

BELL, J. S. On the Einstein Podolsky Rosen paradox. Physics Physique Физика, v. 1, n. 3, p. 195-200, 1964. Disponível em:< https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304397514004241>. Acesso 17/02/2026

BERGSON, Henri. Duração e simultaneidade: a propósito da teoria de Einstein. Martins Fontes, 2006.

BERGSON, Henri; AWNING, José. Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. CONVIVIVM, 2010.

BOSTROM, Nick. Are we living in a computer simulation? The philosophical quarterly, v. 53, n. 211, p. 243-255, 2003. Disponível em:<https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:44c386c4-5d9e-4ecf-a47c-9631a2a59747/download_file?safe_filename=Are%2Byou%2Bliving%2Bin%2Ba%2Bcomputer%2Bsimulation%3F&file_format=application%2Fpdf&type_of_work=Journal+article>. Acesso 17/02/2026

BOSTROM, Nick. Superintelligence: Paths, dangers, strategies. The Financial Times, 2014.

BOSTROM, Nick. The future of humanity. Geopolitics, History, and international relations, v. 1, n. 2, p. 41-78, 2009. Disponível em:<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=95d08dfcf982a0a975e7fd276f1a2896304d321a>. Acesso 17/02/2026

BOSTROM, Nick. Where are they? Technology Review, v. 111, n. 3, 2008. Disponível em:<https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:6d5ee544-0990-4fc5-8010-be5b71c50a8b>. Acesso 17/02/2026

©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES

DATAREPORTAL; WE ARE SOCIAL; MELTWATER. Digital 2025 — Brazil. Disponível em:<https://datareportal.com/reports/digital-2025-brazil> Acesso 27/02/2026

FEYERABEND, Paul K. et al. Contra o método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FOUCAULT, M. (1977). Discipline and Punish: The Birth of the Prison. Vintage Books.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. In: Microfísica do poder. 2011. p. 295-295.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. Ditos e escritos, v. 3, p. 411-422, 2001. Disponível em:<http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-De_Outros_Espacos.pdf>. Acesso 17/02/2026

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins, 1999.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

GREENE, Brian. A realidade oculta: universos paralelos e as leis profundas do cosmo. Editora Companhia das Letras, 2012.

GREENE, Brian. The fabric of the cosmos: Space, time, and the texture of reality. Knopf, 2004.

GREENE, Brian. O tecido do cosmo. Editora Companhia das Letras, 2005.

GREENE, Brian. The elegant universe: Superstrings, hidden dimensions, and the quest for the ultimate theory. WW Norton & Company, 2024.

GREENE, Brian. Until the end of time: Mind, matter, and our search for meaning in an evolving universe. Vintage, 2021.

GREENE, Brian. A realidade oculta: universos paralelos e as leis profundas do cosmo. Editora Companhia das Letras, 2012.

GREENE, Brian; GREENE, Brian. O Universo Elegante: Supercordas, dimensões ocultas e a busca da teoria definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HAWKING, S. W. Particle creation by black holes. Communications in Mathematical Physics, v. 43, n. 3, p. 199-220, 1975.

©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES

MARCUSE, Herbert. O homem unidimensional: a ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1973.

BAYM, Nancy K. Personal Connections in the Digital Age. Cambridge: Polity Press, 2010.

PETKOV, Vesselin. Relativity and the Nature of Spacetime. Springer Science & Business Media, 2009.

PLANCK, Max. On the law of distribution of energy in the normal spectrum. Annalen der physik, v. 4, n. 553, p. 1, 1901. Disponível em:< http://bourabai.ru/articles/planck/planck1901.pdf>. 17/02/2026

POLCHINSKI, J. String Theory Cambridge University Press. Cambridge, UK, 1998.

POPŁAWSKI, N. J. Cosmology with torsion: An alternative to cosmic inflation. Physics Letters B, v. 694, n. 3, p. 181-185, 2010.

PORTAL INSIGHTS. Qual o tempo médio do brasileiro nas redes sociais? 2024. Disponível em: <https://www.portalinsights.com.br/perguntas-frequentes/qual-o-tempo-medio-do-brasileiro-nas-redes-sociais>. Acesso 01/10/2024.
REIS, Ribamar RR; SIFFERT, Beatriz B. Supernovas do tipo Ia e a expansão do Universo. Cadernos de Astronomia, v. 3, n. 1, p. 21-21, 2022. Disponível em:<https://periodicos.ufes.br/astronomia/article/download/37130/24698>. Acesso 17/02/2026

ROVELLI, C. The Order of Time. New York: Riverhead Books, 2018.

ROVELLI, Carlo. A realidade não é o que parece: a estrutura elementar das coisas. Objetiva, 2017.

ROVELLI, Carlo. Buracos brancos. OBJECTIVA, 2023.

ROVELLI, Carlo. Loop quantum gravity. Living reviews in relativity, v. 11, p. 1-69, 2008. Disponível em:< https://link.springer.com/content/pdf/10.12942/lrr-2008-5.pdf>. Acesso 30/01/2025

ROVELLI, Carlo. L'ordine del tempo. Adelphi Edizioni spa, 2017.

ROVELLI, Carlo. Reality is not what it seems: The journey to quantum gravity. Penguin, 2018.

ROVELLI, Carlo. Sete breves lições de física. Objetiva, 2015.

©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES

TURKLE, S. (2011). Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other. Basic Books. Disponível em:<https://www.academia.edu/download/80975180/alone-together-why-we-expect-more-from-technology-and-less-from-each-other.pdf>. Acesso 17/02/2026

TURKLE, Sherry. Life on the screen: Identity in the age of the internet. Literature and history, v. 6, p. 117-118, 1997.

TURYSHEV, Slava G.; TOTH, Viktor T. The pioneer anomaly. Living Reviews in Relativity, v. 13, p. 1-175, 2010. Disponível em:<https://link.springer.com/article/10.12942/lrr-2010-4>. Acesso 17/02/2026

REVISTA MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES | REVISTA ACADÊMICA DE ACESSO ABERTO.
©2026 POR MOVER — CIÊNCIAS E HUMANIDADES
revistamover.com.br